

## Direito Internacional Público

Professor: Joice Lira

### Segurança Coletiva e Uso da Força (Parte VI)

#### Resumo

---

Uma característica é o fato dela ser defensiva, o que significa que os Estados que estão atuando em segurança coletiva, eles não vão se organizar previamente e estabelecer que a segurança coletiva vai ser uma estratégia existencial, via de regra a segurança coletiva ele depende que outros estados sejam qualificados, como estados agressores, estados que estão praticando atos não aceitos em direito internacional.

- ❖ Consentimento – “Durante a guerra fria raramente os membros permanentes do conselho de segurança concordaram em utilizar esse mecanismo, exceto como o consentimento próprio Estado atingido, no entanto desde a dissolução do império soviético, nota-se uma progressão rápida de medidas de segurança coletiva tomadas pela ONU, não apenas utilizando os instrumentos previstos pela carta como também aplicando medidas, que embora não tenham previsão normativa anterior, portam crescente legitimidade perante a comunidade internacional.
- ❖ Teoria da Ausência de Veto – “A ONU durante a guerra fria, autorizou apenas uma ação em nome da segurança coletiva, em relação a intervenção militar solicitada pela Coreia do Sul, quando do ataque a Coreia do Norte, em 1950 clamados os Estados a agirem sob a coordenação dos Estados Unidos. Isso tudo somente foi possível por que o representante soviético se absteve da reunião e a China era representante de Taiwan. Nesse momento, fixa-se a **teoria da não necessidade do consenso absoluto entre os membros permanentes do conselho de segurança, mas da ausência de veto**. Ou seja, ainda que um membro seja contrário a proposta, se ele se abstém (não vota nem a favor nem contra), a proposta logicamente nas ocasiões seguintes, os representantes soviéticos sempre tiveram presentes. Em diversas outras ocasiões, o conselho de segurança autorizou alguns Estados a tomarem iniciativas militares de impacto reduzido (a exemplo do Congo), para dar efetividade as suas decisões de sanções econômicas contra alguns Estados, como contra a Rodésia do Sul e contra a África do Sul.

#### Características

- 1) A ameaça a paz – quer dizer que situações prévias, antes que o conflito ocorra é possível que haja o estabelecimento de medidas de segurança coletiva.
- 2) Ruptura da paz – temos um cenário que essa paz foi rompida, já acontece o conflito de forma atual e então as medidas de segurança coletiva vem para desfazer esse cenário. O que se busca é restaurar a paz, então para reestabelecer a paz é possível a força militar
- 3) Reconstrução da paz – acontece depois que o conflito já foi amenizado e o que a segurança coletiva e o conflito da ONU, podem na verdade buscar reconstruir as estruturas do Estado.

As Principais Características da força Militar de Segurança Coletiva de ONU são:

- A força militar da ONU é conhecida como capacetes azuis, trata-se de um órgão instituído pelo secretário geral da ONU e composto por pessoal colocado à disposição da ONU pelos Estados – Membros, sob o comando do conselho de segurança. O comandante chefe é escolhido de comum acordo entre o conselho de segurança e os Estados que fornecem os contingentes.
- Em geral, tem apenas poderes de agir em legítima defesa, entretanto, em diversas operações recentes, agiu para assegurar os objetivos da missão, como o Congo, Somália, Bósnia entre outros. Deve sempre agir de forma neutra e imparcial, a força militar da ONU é financiada pelo orçamento da organização das nações unidas.

### Relembrando a Ingerência Humanitária

- “O direito de assistência dos organismos internacionais, evoluiu rapidamente em direção a um dever de ingerência humanitário da comunidade internacional para a proteção dos direitos humanos passando por diferentes etapas”.

- Assistência em casos de guerra ou fenômenos naturais graves
- Enclaves de assistência humanitária: apenas nas regiões de conflito.
- Corredores de assistência humanitária: mais extenso das fronteiras até os locais de conflito.
- Emergência em Estados colapsados com todo o Estado sob intervenção, ingerência no Estado criminoso.

- A assistência prestada por organizações humanitárias tem pressupostos, conforme o direito internacional

- No tempo: deve se ater-se necessário para realizar a assistência às populações atingidas.
- No espaço: ser restrita às áreas de conflito e ao trajeto necessário para chegar a estar.
- No objeto: deve se ser limitado ao fornecimento de medicamentos, alimentos e material médico e cirúrgico.
- Na ética: deve ser imparcial, sem distinção entre os grupos humanos beneficiados.

### Direito Humanitário

- “Direito Humanitário é o ramo do direito internacional que cuida das regras e princípios relativos aos limites e formas admitidas de guerra, trata-se de um conjunto de regras com dezenas de tratados sob os direitos dos combatentes e populações civis, as ações ou armas admitidas e proibidas em caso de conflito armado, envolvendo Estados ou a ONU.

### Exercícios

1) Câmara dos Deputados (CD) 2014

Cargo: Analista Legislativo - Área Consultor Legislativo / Questão 150

Banca: Centro de Seleção e de Promoção de Eventos UnB (CESPE)

Nível: Superior

No que se refere à segurança coletiva e à manutenção da paz internacionais, julgue os seguintes itens. A Declaração do Milênio da ONU reitera que não serão poupados esforços para libertar os povos do flagelo da guerra, inclusive nos casos em que a guerra ocorrer no interior dos Estados.

**C. Certo**

**E. Errado**

2) Câmara dos Deputados (CD) 2014

Cargo: Analista Legislativo - Área Consultor Legislativo / Questão 154

Banca: Centro de Seleção e de Promoção de Eventos UnB (CESPE)

Nível: Superior

Julgue os próximos itens, acerca do direito de guerra e de neutralidade. De acordo com a Carta da ONU, o direito de neutralidade é absoluto, mesmo em face de situações de ameaças à manutenção da paz e da segurança internacionais.

**C. Certo**

**E. Errado**

3) Advocacia-Geral da União (AGU) 2010

Cargo: Procurador Federal de 2ª Categoria / Questão 175

Banca: Centro de Seleção e de Promoção de Eventos UnB (CESPE)

Nível: Superior

O Estado B deslocou tropas e anunciou que invadiria, com o uso da força, o Estado C em um mês. Findo o período, o Estado B concretizou seu anúncio e anexou o território do Estado C ao seu. O Conselho de Segurança da ONU, em reunião extraordinária, impôs, então, embargo econômico ao Estado B. O Estado D, por considerar as medidas contra o Estado B ilícitas, declarou-se neutro no conflito e decidiu romper o embargo e praticar normalmente seu comércio exterior com B.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

O deslocamento de tropas e o anúncio da futura invasão do Estado C já constituem, por si, violação à Carta da ONU.

**C. Certo**

**E. Errado**

4) Secretaria da Educação - ES (SEDU/ES) 2016

Cargo: Professor de Geografia / Questão 38

Banca: Fundação Carlos Chagas (FCC)

Nível: Superior

Desde o fim da Guerra Fria, várias propostas de regionalização do mundo têm sido questionadas quanto à sua validade no mundo contemporâneo. A proposta que regionaliza o mundo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, por exemplo, é questionada pois

- A.** as sucessivas crises econômicas mundiais, desde 2000, fizeram com que muitos países desenvolvidos empobrecessem.
- B.** a noção de desenvolvimento foi modificada pelo critério ecológico, privilegiando os países pobres com áreas naturais preservadas.
- C.** somente a comparação com os países socialistas permitia a distinção das condições de desenvolvimento entre diferentes nações.
- D.** desde a década de 1990, cresceram muito as diferenças econômicas entre os países que constituíam o grupo dos subdesenvolvidos.
- E.** a difusão tecnológica tornou pequena a distância nos níveis de desenvolvimento entre países de renda alta, média e baixa.

#### Gabarito

- 1) C
- 2) E
- 3) C
- 4) D